

Grupos ceramistas, identificados arqueologicamente como integrantes da tradição tupiguarani, ocuparam praticamente todo o Nordeste do Brasil. Esta constatação representa aspectos de grande significância para o entendimento mais amplo desta tradição. Reveste-se de nuances de natureza teórica que conduzem ao surgimento de questionamentos referentes aos modelos desenvolvidos para explicar o processo de ocupação do território brasileiro por agricultores pré-históricos, notadamente os chamados de "Floresta Tropical".

As condições edafo-climatológicas do Nordeste diferenciam-se de forma substancial das encontradas nas demais regiões do País. O Estado de Pernambuco, inserido neste contexto ambiental, será utilizado como referencial para a Região em virtude da grande maioria dos trabalhos arqueológicos terem sido realizados nesta porção regional.

O Estado de Pernambuco estende-se principalmente no sentido Este/Oeste e apresenta, neste mesmo sentido, variações ambientais de grande significância do ponto de vista da ocupação humana.

Em uma faixa de aproximadamente 50 km observa-se o Domínio dos Mangues, da Restinga e da Mata. O restante do Estado, ou seja, mais de 600 km apresenta uma paisagem semi-árida. Em apenas um pequeno trecho esta região é recortada pelo rio São Francisco, perene; os demais rios apresentam regime temporário. Observa-se ainda, na região semi-árida, a existência de alguns brejos, que incrustados na região oferecem condições diferenciadas de sobrevivência, sobretudo para grupos pré-históricos.

Para a porção semi-árida poder-se-ia, a priori, concluir com base em modelos aceitos, que a região apresentava uma incompatibilidade fisiográfica para a fixação de grupos de tradição Tupiguarani, sobretudo por tratar-se, estes grupos, "tradicionalmente" ocupantes da Floresta Tropical. Note-se que "Floresta Tropical" possui, para a arqueologia, conotações próprias e, conseqüentemente particulares, que a diferencia de forma substancial da ambiência semi-árida. De forma profundamente significativa pode-se observar que a ocupação região semi-árida, por parte dos portadores da tradição tupiguarani, não é constituída por casos isolados. Observa-se uma ocupação densa, bem distribuída, denotando uma intimidade com o ambiente aparentemente hostil. A densidade demográfica, refletida pelo refúgio arqueológico, das aldeias encontradas na região semi-árida não parece ser inferior a das aldeias da mesma tradição escavadas na Zona da Mata, no Estado de Pernambuco.

Inúmeros problemas de ordem teórico-metodológico precisam ser equacionados, a fim de que possa ser compreendida a ocupação do território brasileiro pelos grupos de tradição Tupiguarani. Os processos, habitualmente utilizados, para a determinação de "fase" bem como para sua filiação a "tradição", não possuem, de um modo geral, a necessária consistência científica e por conseguinte não resistem a uma análise mais acurada. Apenas alguns atributos da cerâmica são, na maioria das vezes, utilizados para a determinação de uma fase. O objetivo da arqueologia é, por conseguinte, seriamente prejudicado, pois, ao invés de se penetrar na sociedade, em sua organização social, perde-se, na maioria dos casos, em descrições tautológicas. Qual a real importância, para o entendimento de uma sociedade pré-histórica, de uma lista de tributos subjetivos que habitualmente constituem o cerne das publicações relativas a arqueologia brasileira? Que contribuição efetiva a arqueologia brasileira, de um modo geral, tem dado para o conhecimento da pré-história nacional? Claro que inúmeras respostas, ou melhor justificativas, poderiam ser formuladas com a finalidade de encobrir algumas das definições apontadas. Deficiências que incomodam, preocupam, desagradam, mas que precisam ser ditas e sobretudo pensadas. O avanço de qualquer ciência relaciona-se com a prática de uma crítica severa. Crítica a que o autor não se exclui como partícipe de uma prática arqueológica com a qual não mais concorda.

A análise da cerâmica arqueológica freqüentemente subordina-se a um processo inominável de simplificação. A determinação de um "tipo" a partir de uma técnica ou modalidade de decoração exemplifica o exposto, bem como ainda o percentual ou a granulometria do antiplástico. Corroborando a mesma idéia, observa-se, com alguma freqüência, descrições de cerâmica arqueológica nas quais são utilizadas expressões como: cerâmica grossa, fina, delgada, bem alisada, profunda, mal decotada, grosseira, escura, bem elaborada, mal cozida, e mais algumas dezenas de termos que não dizem absolutamente nada e que não permitem qualquer comparação entre especialistas. Urge, ao nosso ver, uma avaliação crítica dos resultados obtidos pela arqueologia brasileira, na qual a comunidade científica, através de congressos, simpósios e demais encontros similares

possa compatibilizar a prática arqueológica com os objetivos da arqueologia ou mais precisamente com o objeto, a sociedade pré-histórica.

Os problemas levantados neste artigo, pertinentes a arqueologia brasileira, além de outros omitidos, não são de fácil equacionamento. Até pelo contrário, poder-se-ia dizer que são de natureza extremamente complexa e que demandam, para sua solução, de um trabalho profundo de toda a comunidade científica brasileira.

Além dos problemas expostos, existem outros, também de grande gravidade, que dificultam a compreensão dos processos de ocupação Tupiguarani no território brasileiro. O desconhecimento arqueológico de algumas regiões, notadamente o Nordeste do Brasil, tem corroborado como fator impeditivo ao surgimento de questionamentos quanto ao modelo generalizador de "Floresta Tropical" (Lowie, 1948; Steward, 1948; Brochado, 1977), utilizado para a compreensão dos processos de ocupação adotados pelos grupos de tradição Tupiguarani.

Em virtude dos problemas levantados de ordem teórico-metodológica demandarem um maior tempo para reflexão e conseqüente aplicabilidade, estes serão debatidos em outros artigos, enquanto que o preenchimento da lacuna acima referida poderá ser, de imediato, parcialmente solucionado. Para a consecução deste objetivo, o material cerâmico será apresentado em fases arqueológicas distribuídas nas diversas zonas fisiográficas do Estado. Os processos analíticos utilizados para a determinação destas fases não diferem dos combatidos em parágrafos anteriores, entretanto não significam a concordância do autor com os mesmos. Para o autor, os elementos diagnósticos de uma fase deverão refletir uma conjuntura da realidade histórica do grupo, em um segmento espaço/temporal da tradição. Não concordando, portanto, com a identificação de "fases" a partir do estilização desta realidade, ainda que considerando o atenuante restritivo da denominação "fase cerâmica". Pois esta não possui existência própria, desvinculada da organização social dos grupos que a produziu.

Trata-se, portanto, neste artigo, de uma estratégia julgada oportuna para o momento, ou seja, aguardar que alguns conceitos e técnicas analíticas, ora intensamente trabalhados, tomem-se operacionalizáveis, ou divulgar os resultados até então obtidos através de uma prática operacional com a qual não mais se concorda. Este artigo reflete a segunda opção, visando fornecer a comunidade científica, dados relativos a ocupação Tupiguarani no Estado de Pernambuco, sobretudo em sua porção semi-árida.

Os grupos identificados arqueologicamente como integrantes da tradição Tupiguarani, não ocuparam, no Estado de Pernambuco, apenas as áreas recobertas pela mata úmida. Do ponto de vista fisiográfico, ocuparam todos os ambientes compreendidos entre o extremo Este e o extremo Oeste do Estado. O mangue, a restinga, a mata e o semi-árido, apresentam elementos vestigiais desta Tradição.

Considerando a cerâmica destes grupos como elemento classificatório, foram identificadas, em todo o Estado de Pernambuco, sete fases distintas, que ocuparam as diversas zonas fisiográficas.

O mangue (Bigarella et alii, 1975), possui identidade fisiográfica, caracterizada por uma vegetação particular, bem como por uma fauna própria. A salinidade de suas águas, fruto da mescla entre as águas continentais e as do mar, integra esta paisagem, através do processo diuturno das marés. Peixes, crustáceos e moluscos ainda abundam nesta área, a despeito da poluição ambiental existente. Pode-se afirmar que esta ambiência é extremamente pródiga em recursos alimentares.

Grupos de tradição Tupiguarani ocuparam esta ambiência e foram identificados através de sua cerâmica como integrantes da fase TEJUCUPAPO.

Os sítios desta fase ocupam praticamente a quase totalidade de pequenas ilhas, circundadas por água salobra e por uma vegetação de mangue (*LAGUNCULARIA racemosa*, *CONOCARPUS erectus* e *RIPOPHORA mangle*).

Nenhum sítio, desta fase, se apresenta em forma de aldeia; apenas uma mancha ou concentração de material arqueológico lhe é peculiar, constituindo uma única unidade habitacional.

Duas hipóteses poderão, a priori, ser estabelecidas: a sazonalidade ocupacional por ocasião de uma estação de pesca e coleta de crustáceos e moluscos, ou tratar-se de um modelo de ocupação cujo meio ambiente seja o mangue.

As ilhas, face ao seu reduzido tamanho, bem como a sua ocupação quase total pela unidade habitacional, não oferecem condições espaciais para o cultivo, sobretudo da mandioca. As suas condições edáficas também não são compatíveis com este cultivo; entretanto, a presença significativa de cerâmica, sobretudo de algumas de suas formas, sugerem o consumo da mandioca. Esta, poderia ser cultivada nas cercanias do sítio, em áreas continentais que apresentem solos favoráveis ao seu desenvolvimento.

A cerâmica desta fase é abundante, ao ponto de pratica-

mente recobrir toda a extensão da ilha. Predomina a técnica de decoração pintada, destacando-se o vermelho sobre engobo branco.

O processo de ocupação do solo é o elemento de maior característica desta fase e que a diferencia das demais encontradas no Estado.

A Restinga foi ocupada, basicamente, pela fase ITAPACURÁ (Albuquerque, 1969, 1982, 1984), sobretudo em áreas próximas a canais compatíveis com a navegação. Esta fase encontra-se posicionada cronologicamente na primeira metade do século XVI. Entrou em contato com os primeiros colonizadores portugueses que aportaram às margens do Canal de Santa Cruz e instalaram, em 1516, a Feitoria de Cristóvão Jacques. Acompanhou a fixação de elemento português, em território pernambucano, desaparecendo em seguida.

O contato desta fase com o elemento português poderia ser subdividido em quatro etapas. A primeira delas teria como início a chegada dos portugueses e o estabelecimento dos primeiros contatos. Em sua fase inicial, houve uma predominância do material indígena sobre o colonial. Gradativamente, porém, à medida que ocorreu uma maior ambientação dos portugueses, houve um declínio percentual do material indígena, atingindo um equilíbrio com o de origem colonial. Este momento caracterizaria o final desta etapa. Entende-se que o final desta etapa corresponderia a um período em que os portugueses já haviam superado o contato inicial estabelecido com os indígenas e que a Feitoria já se encontra em condições de desempenhar, de forma mais acelerada, as funções para as quais foi criada. Na segunda etapa, observa-se um declínio acentuado da cerâmica indígena e um aumento significativo da cerâmica colonial, incluindo a introdução da faiança no Estado de Pernambuco. Corresponderia, provavelmente, ao estabelecimento de um intercâmbio mais intenso entre os colonizadores e a Europa. A terceira etapa desta fase, é caracterizada por uma franca decadência percentual do material indígena, tendo o seu final marcado pelo seu desaparecimento. A quarta etapa corresponderia a última fase de ocupação dos sítios tendo como início o desaparecimento do material indígena e como final o abandono dos mesmos, tendo os portugueses se fixado definitivamente na região. Os locais de contato e as primeiras feitorias perderam a sua função e vilas e cidades surgiram nas cercanias, bem como engenhos encontravam-se em implantação ou funcionamento.

Para a Zona da Mata foram identificadas três fases da tradição Tupiguarani: a CANGAÇA, a QUIPAPÁ e a CAPIBARIBE. Esta zona fisiográfica, apesar de possuir suas particularidades e faixas regionais, não difere de forma substancial do complexo mais amplo que recobria a faixa litorânea do Brasil à época da conquista. Apresenta-se recortada por rios perenes e piscoscos, abrigando uma fauna também semelhante à de outras regiões.

As fases CANGAÇA e CAPIBARIBE foram identificadas na porção mais úmida desta região, enquanto que a fase QUIPAPÁ em sua porção mais seca.

As aldeias da fase CANGAÇA apresentam um formato com tendência semi-circular. As manchas de ocupação possuem tamanhos variados que oscilam entre 30 e 360 m<sup>2</sup>.

A cerâmica desta fase poderá ser incorporada a sub-tradição pintada. Aparece, entretanto, inúmeras modalidades de decoração plástica.

A cronologia central, para esta fase, obtida através de análise de radiocarbono é de 510 ± 150 (BaH - 1086-A). Outras datações foram obtidas, para esta mesma fase, cujos valores, considerando-se suas variações temporais, se tornam compatíveis. A variação de mais ou menos 150 anos em torno do valor central de 510, posicionaria, esta fase, entre os anos de 1290 e 1590. Esta última possibilidade coloca a fase em possível contemporaneidade com os primeiros momentos da colonização portuguesa. Entretanto, em nenhum dos sítios escavados foi encontrado material arqueológico que sugerisse ter havido contato entre estas duas culturas.

A fase CAPIBARIBE apresenta um material cerâmico que a diferencia das demais encontradas na região. São poucos os sítios localizados, até o presente, que integram esta fase. A cerâmica apresenta um baixo grau de sinterização, refletido pela grande espessura do núcleo não oxidado e ainda pelo aspecto frável de seus fragmentos. A cronologia obtida, pela utilização do radiocarbono, apresentou uma data de AP 2130 ± 400 (BaH - 1085-A). Considerando a probabilidade de variação cronológica de 400 anos, esta fase se encontraria situada entre os anos de 580 a.C. e 220 d.C. Estes dados referem-se apenas a uma datação. Será necessária a identificação de outros sítios desta fase para uma afirmação mais segura quanto a sua cronologia. Fica portanto registrada a datação obtida sujeita a confirmação posterior. Corroborando, entretanto, com uma datação mais recuada, encontra-se os aspectos relativos a tecnologia cerâmica, bem como a sua decoração que se apresenta quase inexistente. Apenas alguns fragmentos apresentam vestígios de uma decoração pintada de vermelho e algumas bordas talhadas.

Em uma área menos úmida, encontra-se a fase QUIPAPÁ. Não se possui, até o presente, nenhuma datação absoluta para esta

fase. A cerâmica (Albuquerque & Alves, 1983), foi analisada de forma a permitir uma compreensão relacional entre elementos de sua tecnologia.

O estudo desta fase desencadeou uma série de questionamentos relativos a tecnologia cerâmica e a organização social dos grupos pré-históricos. Constatou-se que a decoração não poderia ser estudada de forma global. Modalidades e técnicas de decoração relacionam-se diretamente com determinadas categorias funcionais do vasilhame, o mesmo ocorrendo com o tempero, a técnica de manufatura, etc.

Para a região semi-árida, foram identificadas duas fases: a CROATÁ e a ARARIPE.

A fase CROATÁ foi encontrada, até o presente, em áreas de "brejo", micro-clima de altitude, em sua grande maioria. Apresenta aldeias amplas e de tendência circular. Entre o material cerâmico predomina os vasilhames decorados com uma pintura vermelha sobre um engobo branco. Foram encontrados inúmeros fragmentos decorados plasticamente. As formas cerâmicas são compatíveis com a utilização da mandioca e a área ocupada oferece condições edafoclimáticas favoráveis ao seu cultivo.

A fase ARARIPE representa, até o presente, a maior ocupação de grupos de tradição tupiguarani na região semi-árida do Estado. Suas aldeias possuem forma com tendência aproximadamente circular e são constituídas por um conjunto de ocas de tamanho variado. A área apresenta solo e clima extremamente favoráveis ao cultivo da mandioca (Albuquerque, 1983-84). A cerâmica, desta fase, apresenta formas compatíveis com o seu consumo, vasilhames quadrangulares e circulares são algumas das manifestações morfológicas de sua cerâmica. Do ponto de vista tecnológico, a cerâmica apresenta-se bem sinterizada, compacta, com apenas alguns fragmentos frágeis, bem alisada e com boa distribuição de antiplástico. Entre as decorações pintadas, encontra-se o vermelho, o vermelho sobre engobo branco. As decorações plásticas representam-se no angulado, na borda talhada e na borda ponteadas. Alguns vasilhames apresentam perfurações na altura da borda.

Finalizando, poder-se-ia concluir que os grupos de tradição tupiguarani ocuparam todas as zonas fisiográficas do Estado e que provavelmente encontraram em sua região semi-árida condições favoráveis a sua organização social traduzida em seu modelo de ocupação. O problema, entretanto, da contemporaneidade da ocupação tupiguarani com o semi-árido ainda não foi solucionado (Albuquerque & Lucena, 1987) e por conseguinte, exigindo um maior aprofundamento nos estudos paleoambientais.

A revisão, que ora se processa, das fases arqueológicas encontradas no Estado de Pernambuco, bem como dos processos utilizados para sua definição, que serão motivo de outros artigos, deverá contribuir para o desenvolvimento de uma nomenclatura objetiva, bem como para os estudos que visem uma maior penetração no entendimento da organização social dos grupos estudados.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Marcos. O Sítio Arqueológico PE 13-Ln. Um sítio de contato interétnico (nota prévia). In: **Pesquisas, Antropologia**, 20:79-91. 1969. São Leopoldo.
- \_\_\_\_\_. Subsídios ao Estudo Arqueológico dos Primeiros Contatos entre os portugueses e os indígenas da tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil. In: **CLIO, Revista do Mestrado em História**, 5:105-116. 1982. Recife.
- \_\_\_\_\_. Contato Euro-Índigena no Nordeste do Brasil, um estudo arqueológico. Dissertação de Mestrado. Recife. 1984.
- ALBUQUERQUE, Marcos & ALVES, Claristella. O sítio Arqueológico de Quipapá (PE 79-Plm), contribuição ao estudo da Tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil. In: **Boletim do Departamento de História UFPE, Série Arqueologia**. 1983. 1:1-23. Recife.
- ALBUQUERQUE, Marcos & LUCENA, Veleda. Cultivadores Pré-Históricos no Semi-Árido: aspectos paleoambientais. **Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste**. 1987. Recife.
- BIGARELLA, J. J.; ANDRADE LIMA, Dárdano & RIENS, P. Jorge. Considerações a respeito das mudanças paleoambientais na distribuição de algumas espécies vegetais e animais no Brasil. In: **Anais da Academia Brasileira de Ciências, Suplemento** nº 4º. 1975.
- BROCHADO, José Proença. **Alimentação na Floresta Tropical**. IFCH, UFRGS, Cad. nº 2. 1977. Porto Alegre.
- LOWIE, Robert H. The Tropical Forest: an introduction. **HSAI**, 1948. 3:1-56.
- STEWART, Julian H. Culture Areas of the Tropical Forest. **HSAI**, 1948. 3: 883-889.